

ASSEMBLEIA DE FREGUESIA DE RIO MAIOR

A C T A

-----Aos vinte e oito dias do mês de Dezembro de dois mil e cinco, realizou-se na sede da Junta de Freguesia de Rio Maior, na sala de reuniões sita na Rua Professor Manuel José Ferreira, em Rio Maior, a sessão ordinária da Assembleia de Freguesia de Rio Maior sob a presidência do Senhor José António Miguel Frazão.

-----Quando era vinte horas e quarenta e cinco minutos foi feita a chamada estando presentes à sessão os Senhores: -----

-----Cristina Maria Carrilho Ferreira Sêco, Carla Manuela das Neves Madeira, Luís Alberto Morais Frutuoso, Paulo José Henriques Gomes, Ricardo Filipe Costa, António José Ricardo Martins Silva, António José Marcelino da Silva, Vítor João Aguiar Fernandes Correia, Estela Filomena Rocha Van Zeller, Nuno Ferreira Lucas, Manuel Henriques Ferreira e João Narciso Verde da Costa. -----

-----**FALTAS:** -----

-----Faltou à sessão o Senhor Luís Alberto Morais Frutuoso, que foi substituído pelo Senhor João Luís Colaço Canadas, nos termos do artigo 78.º da Lei n.º 169/99 de 18 de Setembro, com as alterações que lhe foram introduzidas pela Lei n.º 5-A/2002 de 11 de Janeiro.-----

-----**APROVAÇÃO DA ACTA DA SESSÃO ANTERIOR**-----

-----**SENHOR PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA DE FREGUESIA**-----

-----Pedi que na página número vinte, onde se lê “tendo em atenção que se deveria fazer concorrência com o sector privado” deveria ler-se “tendo em atenção que não se deveria fazer concorrência com o sector privado”-----

-----**SENHOR ANTÓNIO JOSÉ MARCELINO DA SILVA**-----

-----Pedi que se efectuassem as seguintes correcções:-----

-----Na página número oito onde se lê “também há a possibilidade de se efectuar uma candidatura para sapadores florestais” deverá ler-se “sobre a prevenção de incêndios existe uma candidatura para sapadores florestais”.-----

-----Na página número dezoito, onde se lê “apenas por quinhentos eleitores aproximadamente a Freguesia de Rio Maior não pode ter um presidente a tempo inteiro” deverá acrescentar-se “pago pelo Orçamento Geral do Estado”.-----

-----Na página número vinte, onde se lê “o equipamento da Junta só deveria ser alugado a associações de carácter social” deverá acrescentar-se “e outras Juntas de Freguesia do Concelho de Rio Maior”.-----

-----**SENHOR JOÃO NARCISO VERDE DA COSTA**-----

-----Pedi que se efectuassem as seguintes correcções:-----

-----Na página número dois onde se lê “referiu que nesta acta se verificaram algumas omissões nas intervenções dos membros da Assembleia “ deverá acrescentar-se “ e do executivo”.-----

-----Nas páginas números dezasseis e dezassete, se retire a seguinte frase “há quatro anos atrás também votou favoravelmente.-----

-----**SENHOR VÍTOR JOÃO AGUIAR FERNANDES CORREIA**-----

-----Pedi para que na página número dezassete, onde se lê “no período dos dezoito aos cinquenta anos, trabalhou no sector” deverá acrescentar-se “privado”.-----

-----**O SENHOR PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA DE FREGUESIA**, solicitou que se votasse a acta da sessão anterior. -----

-----A acta da sessão anterior foi aprovada por unanimidade -----

-----***LEITURA DO EXPEDIENTE***-----

-----O Senhor Presidente da Assembleia efectuou a leitura da correspondência recebida, sobre:-----

-----a) Comunicação da substituição do Senhor Luís Alberto Morais Frutuoso-----

-----b) Anafre – Realização do décimo congresso.-----

-----***SITUAÇÃO FINANCEIRA***-----

-----A Senhora Presidente da Junta de Freguesia, informou a Assembleia, nos termos da alínea o) do n.º 1, do artigo 17.º da lei n.º 169/99 de 18 de Setembro,

com as alterações que lhe foram introduzidas pela Lei nº 5-A/2002 de 11 de Janeiro, que o total de disponibilidades da Junta de Freguesia de Rio Maior, em 22 de Novembro de 2005, era de € 63.590,56.-----

-----**ORDEM DO DIA**-----

-----**PONTO NÚMERO UM**-----

-----APRECIACÃO DA INFORMAÇÃO DA PRESIDENTE DA JUNTA DE FREGUESIA, RELATIVA À ACTIVIDADE DA JUNTA DE FREGUESIA DE RIO MAIOR, NO MÊS DEZEMBRO DE 2005.-----

-----A Senhora Presidente da Junta de Freguesia de Rio Maior, deu conhecimento da actividade do mês de Dezembro de 2005:-----

-----1 – Ofício enviado à Câmara Municipal, a solicitar apoio técnico para a realização de diversos trabalhos.-----

-----2 – Tribunal Judicial de Rio Maior – Realização de diligência de penhora.-----

-----3 – Reunião com o Vereador Dr. Carlos Nazaré e com a Dr.^a Maria do Carmo, Chefe da Divisão Financeira, sobre o Protocolo de Delegação de Competências, nomeadamente sobre as transferências de capital para investimento, no que diz respeito à ampliação da rede viária municipal.-----

-----4 – Acompanhamento da conclusão da obra de construção de valetas e bermas em Abuxanas e a verificação da ausência de passagens para as propriedades.-----

-----5 – Oferta de manilhas/anéis de metro e a necessidade de alugar camião para as levantar e transportar.-----

-----6 – Manifesto dos moradores e futuros moradores da Rua Marinhas do Sal/Caniceira sobre placa toponímica, para que passe a Estrada Marinhas do Sal/Caniceira.-----

-----7 – Comemorações do VIII aniversário da Escola Superior de Desporto.-----

-----8 – Pedido de apoio ao INATEL para a Festa de Natal das Crianças das Escolas e Jardim de Infância da Freguesia de Rio Maior.-----

- 9** – Reunião com as Professoras do 1.º Ciclo e Jardins de Infância.-----
- 10** – Reunião com a Direcção da Associação de Anteporta para o levantamento de algumas necessidades da referida localidade.-----
- 1** – Decisão da retirada das máquinas de água dos Jardins de Infância.-----
- 12** – Situação das Licenças das Queimadas.-----
- 13** – Trabalhos a decorrerem no exterior:-----
- a)** Limpeza de ruas do Bairro da Chainça-----
- b)** Limpeza de valetas em Anteporta-----
- c)** Colocação de grelhas em aquedutos na Central Eléctrica, Rio Maior-----
- d)** Construção de aquedutos em Vale da Laranja-----
- e)** Limpeza de valetas em Vivenda-----
- f)** Colocação de manilhas e construção de aquedutos em Vale de Óbidos-----
- 14** – Realização da Festa de Natal das Crianças.-----
- 15** – Reunião do Núcleo Executivo do Conselho Local de Acção Social do Concelho de Rio Maior – CLAS. Programa Rede Social.-----
- 16** – Reunião com a Associação Cultural, Recreativa e Desportiva de Anteporta.-----
- 17** – Reunião com a Senhora D. Aldora Lopes sobre a possibilidade de realização de estágio, no Centro de Dia de Azinheira, no âmbito do curso de formação “Apoio à Família e à Comunidade” no âmbito de um curso que se encontra a frequentar.-----
- 18** – Reunião com os encarregados de educação de três crianças de Azinheira a frequentarem o Jardim de Infância, sobre a possibilidade do transporte, para o Jardim de Infância de Rio Maior.-----
- 19** – Reunião com o Vereador, Dr. João Aleluia Sequeira e o Director de Departamento do Urbanismo e Ordenamento do Território Senhor Arquitecto Matias.-----
- 20** – Reunião com o Vereador, Senhor Dr. Carlos Nazaré e o Director de

Estradas de Santarém sobre o IC2 – Casal da Fisga - Expropriações.-----

-----**21** – Trabalhos no Exterior - Interrupção dos trabalhos no exterior no período entre o Natal e Ano Novo, para gozo das férias dos trabalhadores.-----

-----**22** – Ofícios enviados à Câmara Municipal de Rio Maior, a solicitar:-----

-----**a)** Cópias do livro de actas da Câmara Municipal de Rio Maior, n.º 101 de 1935 a 1936 e livro de actas da Câmara Municipal de Rio Maior, n.º 102 de 2 de Novembro de 1936 a 28 de Outubro de 1937.-----

-----**b)** Consulta de projectos de obras públicas no âmbito de inventário do património arquitectónico. -----

-----**c)** Alteração das rubricas de investimento no protocolo de delegação de competências do ano de 2005.-----

-----**23** – Ofícios enviados ao IPPAR, a solicitar:-----

-----**a)** Informação sobre empresas idóneas e habilitadas para restauro de três fontes (Fontanário na Rua David Manuel da Fonseca, Fonte na Estrada nacional n.º 1, Casais da Senta e Fonte da Bica, Estrada do Alto da Serra).-----

-----**b)** Colaboração no estudo de medidas para a preservação, recuperação e valorização do Complexo Mineiro do Espadanal, em Rio Maior.-----

-----**O SENHOR PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA DE FREGUESIA**-----

-----Perguntou aos membros da Assembleia, se pretendiam apresentar alguma questão, relacionada com a informação relativa à actividade da Junta de Freguesia, desde a última sessão.:-----

-----**SENHOR ANTÓNIO JOSÉ MARCELINO DA SILVA**-----

-----Perguntou a que trabalhos a Senhora Presidente se referia no ponto número um, quando pediu apoio técnico à Câmara Municipal.-----

-----Também perguntou se a resposta da Senhora Presidente era imediata, ou se respondia depois de todas as questões efectuadas e sugeriu que a resposta fosse imediata.-----

-----**SENHORA PRESIDENTE DA JUNTA**-----

-----Informou que lhe foi transmitido pela Câmara Municipal, que sempre que a Junta necessitasse da intervenção de um técnico, deveria solicitá-lo através de ofício, para uma melhor organização dos serviços da Câmara. O apoio técnico destinar-se-á a efectuar o acompanhamento de algumas obras, nomeadamente de casos pontuais que possam surgir, como por exemplo a construção de uma valeta que atravessa a estrada em Vale da Laranja, junto à casa do Senhor Manuel Ribeiro. -----

-----**SENHOR ANTÓNIO JOSÉ MARCELINO DA SILVA**-----

-----Comentou a questão, explicando que há situações em que não há tempo de solicitar um técnico através de ofício, o pedido terá de ser efectuado de imediato e pelo telefone. A situação em Vale da Laranja é um assunto do conhecimento do anterior executivo, diz respeito à construção de um aqueduto, o proprietário do terreno tapou-o, e até a data não houve coragem por parte da Câmara para obrigá-lo a abrir o referido aqueduto.-----

-----**SENHORA PRESIDENTE DA JUNTA**-----

-----Referiu que não tinha conhecimentos técnicos na área da construção, que recorria aos engenheiros da Câmara Municipal para que lhe indicassem qual o procedimento que deve tomar para poder negociar com o proprietário. -----

-----**SENHOR ANTÓNIO JOSÉ MARCELINO DA SILVA**-----

-----Perguntou se o processo da construção de valetas em Abuxanas estava completamente resolvido e se a obra estava terminada. -----

-----**SENHORA PRESIDENTE DA JUNTA**-----

-----Respondeu que a obra se encontrava concluída, embora se verificassem algumas deficiências que tinham de ser resolvidas. -----

-----**SENHOR ANTÓNIO JOSÉ MARCELINO DA SILVA**-----

-----Perguntou qual o assunto referido no ponto número cinco. -----

-----**SENHORA PRESIDENTE A JUNTA**-----

-----Respondeu que foi um pedido efectuado ao anterior executivo, por um

senhor residente na Chainça, que tem na sua propriedade uns anéis, e está disposto a oferecê-los para que os tirem de lá. Para o transporte será necessário alugar um camião e arranjar espaço para os colocar. -----

-----**SENHOR ANTÓNIO JOSÉ MARCELINO DA SILVA**-----

----Referiu que não fazia sentido alugar um camião, quando a Junta tem um camião. -----

-----**SENHORA PRESIDENTE DA JUNTA**-----

----Informou que para carregarem os anéis é preciso um camião com uma grua, não sendo possível colocá-los à mão em cima do camião da Junta, dado a dimensão dos mesmos.-----

-----**SENHOR ANTÓNIO JOSÉ MARCELINO DA SILVA**-----

----Respondeu que com a máquina retro - escavadora se conseguia carregar os anéis para cima do camião da Junta. -----

----Em relação ao ponto número seis, informou que se tratava de uma placa mal colocada, e que na altura alertou a Câmara Municipal para esse facto, dado que não foi a Junta que colocou as placas, mas sim a Câmara, por indicação da Senhora D. Isabel Machado. -----

----Os pontos números dez e dezasseis diziam respeito a uma reunião efectuada com a Associação de Anteporta. Perguntou se se tratava do mesmo, ou de assuntos diferentes. -----

-----**A SENHORA PRESIDENTE A DA JUNTA**-----

----Respondeu que se tratava de duas reuniões distintas, uma dizia respeito ao levantamento das necessidades da localidade, nomeadamente a limpeza do rio e a outra dizia respeito ao facto de pretenderem adquirir um terreno junto à Associação através de uma possível candidatura. -----

-----**SENHOR ANTÓNIO JOSÉ MARCELINO DA SILVA**-----

----Solicitou informação sobre o ponto número dezoito. -----

-----**SENHORA PRESIDENTE DA JUNTA**-----

-----Começou por rectificar o ponto número dezoito, onde se diz que são três crianças de Azinheira a frequentarem o jardim de infância, deverá dizer-se que são três crianças de Rio Maior a frequentarem o Jardim de Infância de Azinheira.-----

-----Explicou que as três crianças são transportadas todos os dias de Rio Maior para o Jardim de Infância de Azinheira e vice versa, pela mãe de uma delas, que se queixou não poder suportar os custos e que por isso, solicitou apoio à Junta de Freguesia.-----

-----**SENHOR ANTÓNIO JOSÉ MARCELINO DA SILVA**-----

-----Referiu que se a Junta facilitar o transporte das crianças de Rio Maior para a Azinheira, outros encarregados de educação também irão pedir transporte, como por exemplos encarregados de educação das crianças da Caniceira e Senta que se deslocam para o Jardim de Infância de Fonte da Bica e da Venda da Natária que se deslocam para o Jardim de Infância de Arco da Memória.-----

-----Em relação ao ponto número vinte e três alínea a) e b) perguntou se já houve a cedência daquele património da Câmara Municipal para a Junta de Freguesia. ----

-----**SENHORA PRESIDENTE DA JUNTA**-----

-----Respondeu que não houve qualquer cedência de património da Câmara para a Junta e que o ponto número vinte e três, alínea b), dizia respeito à recuperação e preservação do Complexo Mineiro do Espadanal.-----

-----**SENHOR VÍTOR JOÃO AGUIAR FERNANDES CORREIA**-----

-----Solicitou informação sobre o ponto número onze-----

-----**SENHORA PRESIDENTE DA JUNTA**-----

-----Informou que não é competência da Junta de Freguesia a colocação de água nas escolas.-----

-----Que a lei apenas refere que compete à Junta a atribuição de material para expediente e limpeza. O anterior executivo em anos atrás decidiu atribuir um subsídio para as despesas com o expediente a todas as salas de aulas e adquirir material de limpeza e distribui-lo pelas escolas. E noutros anos decidiu atribuir um

subsídio de 120,00 € por sala de aula, por ano a todas as escolas do 1º ciclo e jardins de infância, para as despesas com o expediente e a limpeza. -----

-----Que em reunião realizada pelo anterior executivo com as educadoras dos jardins de infância, foi acordado que a Junta de Freguesia se responsabilizava pelo fornecimento da água e posteriormente os encarregados de educação pagariam a água. Dos seis estabelecimentos de ensino, apenas quatro aderiram: os Jardim de Infância de Vale de Óbidos, Azinheira, Fonte da Bica e Arco da Memória. A Junta de Freguesia, celebrou um contrato de fornecimento de água e colocação de máquinas com a empresa Selda Bebágua. Os serviços tinham conhecimento que o fornecimento se fazia regularmente aos jardins de Vale de Óbidos e de Arco da Memória. Sobre os outros jardins não havia informação. Quando os encarregados de educação do Jardim de Infância do Arco da Memória, procediam ao pagamento, dividia-se o valor facturado pelos dois jardins, esperando que os encarregados de educação do jardim de Vale de Óbidos, procedessem posteriormente ao respectivo pagamento, mas isso nunca aconteceu. Portanto dos quatro jardins de infância que fizeram o acordo com a Junta, apenas os encarregados de educação dos alunos do Jardim de Infância de Arco da Memória procederam ao pagamento.-----

-----O valor facturado pela empresa no período de Janeiro a Novembro de 2005 foi de 502,00 €. -----

-----Em Novembro último e após a Junta de Freguesia, ter tomado conhecimento da situação, enviou um ofício à empresa a solicitar a anulação do contrato, que previa um período de antecedência de sessenta dias, para a anulação produzir efeitos, o que permitia o fornecimento da água, até ao final do ano. Mas a empresa assim que recebeu o ofício a pedir a anulação do contrato, foi de imediato levantar as máquinas. No Jardim de Infância de Vale de Óbidos, ficaram seis garrações de água pagos, por gastar, dado que as crianças não se conseguem servir da água sem as máquinas. Sendo assim, a empresa não procedeu correctamente com a Junta de

Freguesia. -----

-----Informou que a Junta pretendia reunir com os educadores dos Jardins de Infância, a fim de resolver a questão do fornecimento da água.-----

-----**SENHOR VÍTOR JOÃO AGUIAR FERNANDES CORREIA**-----

-----Em relação ao ponto número vinte, perguntou se tinha a ver com a criação de uma bolsa para ser possível virar naquele local. -----

-----**SENHORA PRESIDENTE DA JUNTA**-----

-----Respondeu que sim, e explicou que o Senhor Director de Estradas de Santarém solicitou a colaboração da Câmara Municipal e da Junta de Freguesia para colaborarem no sentido de facilitar as expropriações necessárias a fim de se efectuar o alargamento da Estrada Nacional nº 1. O Processo foi iniciado a alguns anos atrás e entretanto parou. Nessa altura havia verba para pagamento das expropriações e para a realização da obra, presentemente não havia verba para as expropriações e serão a Câmara e a Junta a negociar com os proprietários. No entanto o processo é para continuar, concluiu. -----

-----**SENHOR VÍTOR JOÃO AGUIAR FERNANDES CORREIA**-----

-----Solicitou uma explicação sobre o ponto número vinte e dois alínea a).-----

-----**SENHORA PRESIDENTE DA JUNTA**-----

-----Informou, que a Junta solicitou à Câmara Municipal cópias do livro das actas de 1935, 1936 e 1937, por causa de um parecer que foi solicitado à Junta de Freguesia no anterior executivo, acerca da existência de uma fonte pública num terreno em Anteporta. No terreno destinado a construir uma moradia existe uma fonte pública. Quando efectuou a compra, a senhora pensou ter comprado também a fonte. Pretendeu construir um muro, para vedar a propriedade, que iria tapar o caminho público que dá acesso à fonte. Tendo em conta que o assunto é bastante delicado procedeu-se ao levantamento histórico da fonte, e por isso foi necessário fazer consultas em livros de actas antigos.-----

-----**SENHOR VÍTOR JOÃO AGUIAR FERNANDES CORREIA**-----

-----Perguntou do que tratava o ponto número doze, situação das licenças das queimadas.-----

-----**SENHORA PRESIDENTE DA JUNTA**-----

-----Respondeu que se deslocaram à Câmara Municipal duas pessoas para tirarem a licença das queimadas e informaram-nas para se dirigirem à Junta de Freguesia, dado que a competência era das Juntas de Freguesia. Anteriormente as licenças das queimadas eram emitidas pelo Governo Civil, depois passaram para as Câmaras Municipais. E a Câmara Municipal de Rio Maior pretendeu delegar esta competência nas Juntas de Freguesia, como se poderá verificar através da acta da Assembleia Municipal, no entanto esta proposta nunca foi aceite pelas Juntas de Freguesia, informou -----

-----**SENHOR MANUEL HENRIQUES FERREIRA**-----

-----Desejou boa noite a todos e um bom ano de 2006 e solicitou que lhe fosse esclarecido o ponto número dois que se refere a penhoras.-----

-----**SENHORA PRESIDENTE DA JUNTA**-----

-----Informou que o Tribunal convocava a Junta de Freguesia para acompanhar um funcionário do Tribunal e a GNR quando se verificavam situações de penhoras. Que apenas foi referido para informar, que o executivo já tinha sido convocado para o efeito, e que ela na qualidade de Presidente já tinha acompanhado um caso.-----

-----**SENHOR NUNO FERREIRA LUCAS**-----

-----Desejou a continuação de boas festas para todos. Referiu que sobre o ofício dirigido à Câmara Municipal a solicitar apoio técnico e tendo em conta a explicação que foi dada, em sua opinião apenas se trata de uma questão de burocracia. -----

-----**SENHORA PRESIDENTE DA JUNTA**-----

-----Respondeu que lhe foi explicado tratar-se de uma questão da organização interna da Câmara Municipal que tinha de respeitar os serviços, no entanto não

tinha sentido qualquer dificuldade por parte da Câmara Municipal, e acrescentou que não se tinha verificado qualquer atraso no serviço, por falta de apoio técnico.-

----- **SENHOR NUNO FERREIRA LUCAS**-----

-----Sobre a oferta de manilhas ou anéis como atrás tinha sido dito, em sua opinião trazia “água no bico” por vezes eram ofertas envenenadas. Perde-se muito tempo com estas coisas referiu, fazem-se muitos discursos que não têm razão de ser e não compensam o tempo perdido. -----

-----Sobre a polémica da retirada das máquinas de água nos jardins de infância, era de opinião que o assunto deveria ter sido tratado com mais cuidado e assim a Junta saía melhor da situação. -----

-----Em relação ao ponto número treze alínea c) que referia a colocação de grelhas em aquedutos na Rua da Central Eléctrica, disse que passou por acaso junto ao local e reparou que as grelhas estavam mal colocadas. A própria grelha é quase uma lage que está por cima do buraco. Quando se manda executar um trabalho este deveria ser acompanhado, para que fique bem executado-----

----- **SENHORA PRESIDENTE DA JUNTA**-----

-----Respondeu que compreendia a observação do Senhor Nuno Lucas, devido à sua actividade profissional, que agradecia que informasse a Junta de Freguesia enquanto as obras estavam a decorrer e não no momento da realização das sessões da assembleia, que não levantasse as questões para penalizar, mas sim para solucionar os problemas. -----

----- **SENHOR JOÃO NARCISO VERDE DA COSTA**-----

-----Disse que para ele era um dado novo, porque esteve na Junta de Freguesia quarenta e seis meses, tinha estado presente em muitas sessões da Assembleia de Freguesia e nunca se tinha ido ao pormenor da actividade do executivo. Que era salutar e sinónimo de que todos eram capazes de fazer coisas, umas vezes bem e outras vezes menos bem. Quis deixar esta nota informou, porque entendia que era importante pelo seguinte: -----

-----Ouvii a Senhora Presidente falar sobre construção de valetas em Abuxanas e pretendia que ficasse muito claro, que se tratava de uma obra que o actual executivo recebeu, que terá de ter um acompanhamento rigoroso dos serviços técnicos da Câmara Municipal, e que, na sua modéstia opinião, era uma obra com “abortos assustadores”. Que era incompreensível que se tenha adjudicado um trabalho a uma empresa que constrói muito bem e que se tenha caído na asneira, os acessos às propriedades privadas. -----

-----Que o executivo antes do pagamento final desta obra deverá tomar em linha de conta esta realidade. Verificou-se incumprimento por parte da empresa, em relação ao que foi assumido e não concretizado, principalmente nos Casais dos Silvas, num percurso de cerca de cento e sessenta metros aproximadamente, em que a empresa não efectuou as entradas para as propriedades. -----

-----Que era uma obra que estava bem executada de acordo com o projecto fornecido, mas com problemas nos acessos, pela dimensão da estrada e pela falta de marcação da mesma, a entrada era um perigo permanente. Continuou dizendo que não tinha medo nenhum de fazer tal afirmação, e que ia deixar uma nota, porque o dinheiro era de todos e que devia haver alguma coragem para dizer o que estava mal. -----

-----Referiu que se congratulava mais uma vez, porque em dada altura o antigo executivo, trouxe para esta casa mais um técnico, com o objectivo de fazer coisas boas para a Freguesia, que esse mérito tinha de lhe ser reconhecido, se ele não estivesse a trabalhar na Junta de Freguesia não se estavam ali a tratar de assuntos relacionados com o IPAR nem com a Mina do Espadanal. Que o jovem arquitecto que a Junta tinha ao seu serviço, tem demonstrado que o património não pode ser esbanjado e triturado. Que pretendeu deixar esta chamada de atenção, porque entende que é importante, que era pena que a Freguesia não o pudesse manter por muitos e muitos anos, para trabalhar pelo concelho de Rio maior, num trabalho que é importante para o desenvolvimento sustentado e

credível, que o concelho tanto precisa. -----

-----**SENHOR PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA DE FREGUESIA**-----

-----Congratulou-se pelo facto de haver pessoas a assistir à sessão da Assembleia, de Freguesia o que demonstra carinho e vontade de participar.-----

-----Referiu que deveria ter efectuado o período antes da ordem do dia antes de entrar no ponto número um da ordem dos trabalhos. Assim solicitou aos presentes que se inscrevessem para poderem intervir. -----

-----**INTERVENÇÃO DO PÚBLICO**-----

-----**DR^a JULIA FIGUEIREDO**-----

-----Desejou boa noite, boas festas e um fim de ano muito feliz, para todos os presentes e que a Junta tenha um ano de dois mil e seis muito fértil, porque a Freguesia de Rio Maior, precisa que sejam benditos os dias por cada um que passa, até ao último. -----

-----Referiu que foi com muito agrado que assistiu pela primeira vez a uma sessão da Assembleia da Freguesia de Rio Maior. Que tem andado pelo Concelho e esta era a 5^a Assembleia a que se deslocava, não tinha tido tempo para ir a mais, mas para o ano esperava estar presente. Satisfazia assim um compromisso que assumiu não com ela própria, mas sim com a comunidade riomaiorense para quem deu a sua palavra. Particularmente estava muito satisfeita, porque estavam sentados nesta mesa os representantes dos vários partidos, apenas faltava um e estava lá ela.-----

-----OuvIU várias intervenções e algumas chamaram-lhe à atenção: -----

-----A que se referiu à mina sobre a qual o Senhor João Verde da Costa se pronunciou. De facto era uma área que particularmente lhe dizia alguma coisa por parte da família, da qual os riomaiorenses não podiam estar alheios, dado que o desenvolvimento de Rio Maior se devia exactamente à mina e à exploração mineira. Consta que a rotunda da Avenida Mário Soares irá levar uma estátua de homenagem ao mineiro, afirmou e que no dia seguinte tomaria conhecimento do

assunto na sessão da Assembleia Municipal. Perguntou se seria agora que Rio Maior homenagearia o mineiro. Que era uma pergunta que iria fazer ao Senhor Presidente da Câmara, porque era um direito dos cidadãos, terem conhecimento quanto mais não fosse, através da informação. Que na verdade deveria ser dado a conhecer à população a maqueta, porque consta que o Senhor Presidente da Câmara teria visitado a escultura em execução para a referida rotunda. Que a chaminé da mina era de facto uma obra que se devia preservar, que não sabia se era da responsabilidade da Câmara ou da Junta de Freguesia, não sabia nem lhe interessava, que era uma daquelas autarquias. Que deveria ser preservada, que fazia parte da arqueologia industrial. Demoli-la seria cortar a memória de muita gente que viveu na época da mina e dos que descendem, a chaminé deveria merecer toda a atenção e enquadrá-la num bonito espaço que destaque o que foi a mina, o que foi a chaminé e o que ainda é a chaminé. E que fosse colocada uma placa com o resumo da história da mina e do contributo da mina para Rio Maior.-

-----A questão das grelhas e tampas, e tendo em conta, que não tem a ver com as competências nem de uma nem de outra autarquia, que tomem em linha de conta que as obras que se fazem de maior ou menor monta devem ter em consideração o que hoje é exigido por lei: devem ter rampas para as pessoas com dificuldades motoras. Se ao particular são exigidas tantas coisas, que sejam os organismos oficiais e públicos os primeiros a oferecerem condições. Disse que se tinha realizado em Rio Maior um encontro sobre a questão das acessibilidades e que o concelho tinha imensas deficiências em termos de mobilidade e de acessibilidade, que não tinha que ver apenas com o aspecto técnico, mas também com o bom gosto e que havia que considerar que os oficiais da arte de por grelhas e de tirar grelhas, abrir buracos ou tapar buracos, têm-se esquecido que esteticamente estão a incorrer num risco. Se se quer um Rio Maior mais bonito, quer seja a cidade ou o concelho tem que se olhar para estes pormenores. Que as tampas não podem estar acima do nível da estrada, porque por um lado, pode provocar acidentes e

por outro é inestético. Referiu ainda que anda muito a pé e confrange-se como é que pessoas civilizadas permitem que os técnicos façam obras daquela natureza e aqueles que superintendem os referidos técnicos, porque bem-haja, a falta de bom gosto que eles por vezes têm. Tanto custa fazer uma obra bem feita como mal feita. Que era uma questão de bom gosto, o pessoal deve ser mobilizado e sensibilizado para este aspecto, e se não começaram ontem que comecem a partir de hoje, disse. -----

-----Nas obras por administração directa ou indirecta quer sejam da Junta ou da Câmara, defende que a administração directa por um lado pode sair mais barato porque é efectuada com a prata da casa, por outro lado tem o risco que é o reverso da medalha é que cai a responsabilidade sobre quem a mandou fazer. Entregar uma obra a uma empresa imputa a essa mesma empresa a responsabilidade das deficiências ou anomalias. Disse ainda que quando é executada pelo próprio, há que arcar com a respectiva responsabilidade. Se a obra é viável em termos de realização pelos próprios meios então façamo-la com a prata da casa, com competência, com arte, com o jeito e com dinheiro próprio. Se a obra ultrapassar determinado limite há que ter cuidado porque há olhos e ouvidos, uns vêem e outros ouvem e ajuízam da maneira como lhes interessa. Em Rio Maior, há o exemplo da rotunda da Praça da República que já foi feita várias vezes, se for uma empresa a construir e se tiver mal feita à vigésima primeira vez, será efectuada uma vigésima segunda vez, e não se paga mais por isso, porque a responsabilidade é dela. Assim defende que as obras não devem ser feitas por administração directa, concluiu.-----

-----**SENHOR JOÃO NARCISO VERDE DA COSTA**-----

-----Solicitou que a Junta intercedesse junto das entidades competentes no sentido de reparar as seguintes deficiências:-----

-----Estrada Municipal Rio Maior – Casais da Serra, que passa por três lugares da freguesia, dotada de iluminação pública, mas que no seu percurso tem vinte

candeeiros com lâmpadas fundidas, sete entre Rio Maior e a placa de identificação de Vale de Óbidos, outras sete entre a placa de Vale de Óbidos e a capela daquela localidade, três entre a placa de Abuxanas e o Largo do Cruzeiro. É uma estrada movimentada, informou, que passa junto da Associação, onde residem algumas pessoas. Informou também que no percurso entre Rio Maior e a entrada de Vale de Óbidos até junto à ribeira, procedeu-se à substituição das lâmpadas existentes por lâmpadas amarelas. Há cerca de oito meses, alguma coisa aconteceu, provavelmente uma descarga eléctrica. O que é certo é que elas também estão fundidas. Ainda dentro do capítulo da iluminação pública, informou a necessidade de uma nova extensão na Rua das Sesmarias em Vale de Óbidos, desde o início da rua até ao Bairro problemático, que é o Bairro da Corimba. Há uma zona que nunca teve iluminação pública e tem uma estrada alcatroada. Também se verifica a necessidade de colocação de lâmpadas desde a placa da entrada de Abuxanas até à primeira casa da localidade, -----

-----Chamou a atenção do actual executivo para um problema que ficou pendente do anterior, o parque infantil de Vale de Óbidos, pertença da Freguesia bem como da associação. Foi fechado há cerca de sete ou oito meses e que mesmo estando interdito às crianças elas continuam lá a brincar e nem sempre estão acompanhadas pelos pais. Poderá acontecer alguma desgraça. Que está farto de chamar à atenção para o perigo. Que tem de se fechar o parque definitivamente, até à resolução do problema. -----

-----Também pode vir a acontecer uma desgraça no campo de futebol de Vale de Óbidos e alguém terá de responder por isso. Disse que não sabia se ia antecipar-se um pouco em relação ao Senhor António José Marcelino, mas gostaria de deixar a seguinte nota: no mês de Outubro no período entre o dia 7 e o dia 30 a Junta de Freguesia executou muitas acções, algumas acompanhou de perto, as quais não houve a possibilidade de ficarem registadas em qualquer acta da Junta. Tinha consigo uma listagem que podia entregar no sentido de ser incluída numa acta, se

o Senhor Marcelino não se opusesse. -----

-----**SENHOR NUNO FERREIRA LUCAS**-----

-----Referiu que tinha alguns reparos a fazer, que em sua opinião iriam contribuir para melhorar a Freguesia, que eram trabalhos simples que se podiam concretizar e dar beleza a Rio Maior e passou a enumerá-los: -----

-----As placas toponímicas são placas em cimento e azulejo um pouco abandonadas, fruto do tempo, se forem zeladas darão melhor aspecto. -----

-----Uma situação que já falou no anterior executivo e que continua por resolver. Não sabe se é uma competência da Câmara ou da Junta, no entanto a Junta poderá intervir, trata-se de uns arbustos existentes na estrada para a Asseiceira, um pouco antes de chegar à Rimol, as pontas estão completamente viradas para a estrada. -----

-----Na estrada da Senta continuam as pedras na valeta. -----

-----Outro ponto que também já referiu no anterior mandado, o esgoto na estrada das Marinhas do Sal, junto ao estaleiro do César Cruz, onde a água só corre para baixo como é natural, a valeta do lado de baixo está alta e cria-se um lençol de água naquela zona. -----

-----Perguntou que pessoal e que meios a Junta tinha no exterior. -----

-----E solicitou esclarecimento à Senhora Presidente, sobre o que teria sido dito durante o período da campanha eleitoral: que ele viria para a Junta de Freguesia, devido a favores dado a sua actividade e exigiu que ficasse em acta se por acaso havia algum indício nesse sentido. -----

-----**SENHOR PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA**-----

-----Pedi ao Senhor Nuno Lucas que não voltasse a trazer para a Assembleia de Freguesia, assuntos da campanha eleitoral -----

-----Informou que o Senhor João Narciso Verde da Costa, entregou uma moção e perguntou se ela era só para conhecimento da Assembleia ou para dar a conhecer a outras entidades. -----

-----**SENHOR JOÃO NARCISO VERDE DA COSTA**-----

-----Disse que apresentou a moção para ser discutida e votada pela Assembleia de Freguesia, de acordo com o ponto número 12 alínea b) do regimento da Assembleia de Freguesia. Se a Assembleia assim o entendesse poderia ser uma moção da Assembleia no seu todo. E solicitou ao Senhor Presidente que lesse a moção, para que cada um se pronunciasse sobre o texto da mesma e o seu encaminhamento.-----

-----**SENHOR PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA**-----

-----Procedeu à leitura da seguinte moção:-----

-----A Assembleia de Freguesia de Rio Maior, reunida ordinariamente em vinte e oito de Dezembro de dois mil e cinco, ao tomar conhecimento de ter sido proposto pelo grupo parlamentar do PCP, em sede de discussão do Orçamento do Estado, a inclusão no PIDDAC para dois mil e seis, da construção da Residência Comunitária do Centro de Educação Especial do Concelho de Rio Maior “O Ninho”, decide o seguinte: -----

-----Manifestar o seu regozijo pela apresentação desta proposta, tendo a mesma os votos favoráveis dos grupos parlamentares do PCP e do BE; -----

-----Manifesta o seu desagrado pelo facto dos grupos parlamentares do PS, PSD e CDS/PP, TEREM VOTADO CONTRA!...-----

-----Desta moção, DAR CONHECIMENTO ao Senhor Presidente e Assembleia Municipal de Rio Maior, Senhor Presidente da Câmara da Câmara Municipal de Rio Maior, ao Senhor Governador Civil de Santarém, aos grupos parlamentares mencionados, ao Senhor Primeiro-Ministro e ao Senhor Presidente da República, assim como divulgar esta nos jornais locais e regionais-----

-----**SENHOR PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA**-----

-----Disse, que dado tratar-se de uma instituição da Freguesia de Rio Maior, merecia da parte de todos um carinho especial, porque se trata de uma instituição que tem a ver com a educação e com o ensino especial e propôs aos presentes

que se pronunciassem sobre a mesma. -----

-----**SENHOR ANTÓNIO JOSÉ MARCELINO DA SILVA**-----

-----Sugeriu, que se retirassem os nomes dos partidos políticos e a Assembleia de Freguesia manifestasse acordo e aprovasse a moção, uma vez que na Assembleia estavam representadas a maioria das forças partidárias. -----

-----Também se devia retirar a frase “mostrar aqui o seu regozijo” uma vez que era o PCP que mostrava o seu regozijo. A Assembleia devia demonstrar que não concordava, tendo em conta que já não era a primeira vez que Centro de Educação Especial o Ninho estava para entrar no PIDDAC e não entrou. Propôs que fosse elaborado um documento em nome da Freguesia de Rio Maior, se o Senhor João Narciso representante do PCP concordasse. -----

-----**SENHOR NUNO FERREIRA LUCAS**-----

-----Solicitou que se esclarecesse melhor o que se pretendia com aquele documento, que tinha lido momentaneamente e não tinha deduzido muito bem o seu significado. -----

-----**SENHOR JOÃO NARCISO VERDE DA COSTA**-----

-----Disse que sabia que o texto da moção incomodaria, que eram todos seres humanos e que sentiam todos a mesma causa. Quer quisessem ou não, o PS o PSD e o CDS/PP votaram contra em comissão de revisão. A Deputada do PCP Dr^a Luísa Mesquita eleita pelo distrito de Santarém, teve o cuidado de analisar individualmente com as restantes forças políticas a necessidade de dotar o PIDDAC de algum valor. Que pelo menos tivessem deixado a rubrica aberta ou dotassem-na de pelo menos mil euros. O que permitiria ao Governo Central reflectir sobre aquela necessidade. -----

-----Acrescentou, que aquela luta não era de hoje, que tinha anos e que teriam de proteger aqueles que precisam, aqueles que sentem o nosso carinho todos os dias e não aqueles que esbanjam muitas vezes aquilo que não devem. -----

-----Para retirar o PS, o PSD ou o CDS não era relevante. Que era público. Que a

Assembleia podia regozijar-se por isso. Pelo PCP ter levado mais uma vez à discussão as necessidades dos deficientes e mais uma vez não ter sensibilizado as restantes forças políticas para uma necessidade permanente que o concelho tinha, concretamente a instituição o “Ninho”. Não estava ali a dizer aquilo no sentido de tomar qualquer partido, tendo em conta que não assinou a moção para não se dizer que foi proposta do partido, o proponente podiam ser todos, não podiam omitir que o PSD, o CDS/PP e o PS tinham votado contra aquela pretensão, afirmou. -----

-----Que era bom que se soubesse, que a Escola Superior de Desporto esteve na iminência de ficar esvaziada de verbas, nas suas rubricas, no entanto com alguma pressão as coisas conseguiram resolver-se. -----

-----Que de facto os que estavam em Lisboa não percebiam a luta permanente de tantas e tantas pessoas que dão tudo de si por uma causa, esta poderia não ser uma causa nobre, mas falar dela arrepiava. -----

-----Que ficava à consideração dos membros da Assembleia a resolução final, se pretendessem alterar o texto para o melhorar estava de acordo, agora esconder os que disseram “não” entendia que em democracia isso não se devia fazer. -----

-----Que deviam tomar uma posição firme para que junto do Poder Central fossem mais fortes. -----

-----INTERVENÇÃO DO PÚBLICO-----

-----**DR^a JÚLIA FIGUEIREDO**-----

-----Disse que não sabia que o Senhor João Verde da Costa ia apresentar aquela moção, não tinha sido nada combinado. O resultado da não inclusão da obra no PIDDAC não interessava agora avaliar. -----

-----Informou que se deslocou à Assembleia da República, a fim de lhe darem uma explicação relativamente àquele resultado e foi-lhe dito, que lamentavelmente o projecto não tinha sido contemplado no PIDDAC. Isto significava que há muita partidarização, na Assembleia da República, como era lógico era lá que se fazia

politica. Entendeu, que se o pedido tivesse sido feito não por um grupo ou dois grupos com maior ou menor força para isso, mas sim com as forças chamadas “vivas” do local talvez esse pedido tivesse maior aceitação, relativamente aos grupos parlamentares ali presentes. Mais uma vez lamentou que isto tivesse acontecido.-----

-----Informou que se dirigiu à Segurança Social de Santarém e falou com o Engenheiro António Santos sobre o assunto e ele afirmou que tinha feito o pedido para a entrada no PIDDAC.-----

-----Que era um facto dramático, o estado em que se encontrava uma determinada área daquela instituição, o centro de actividades ocupacionais (CAO). Que estava a utilizar umas instalações provisórias da Câmara Municipal, há quinze anos, e que o Senhor Marcelino tinha conhecimento dessas instalações. Que quase todos conheciam o antigo ciclo: ela na qualidade de professora e muitos na qualidade de alunos frequentaram aquele espaço que não estava degradado estava degradadíssimo, oferecem perigo aos seus utentes. A instalação eléctrica podia a todo o momento ter um curto-circuito, as roturas de água eram constantes para além das instalações não serem pobres, mas sim miseráveis. Pediu para visitarem aquelas instalações e para verem as condições de precaridade em que se encontram.-----

-----Que tinha pedido ao Senhor Presidente da Câmara, que estavam na Assembleia de Freguesia de Rio Maior, mas havia que invocar a Câmara, uma vez que era a Câmara que zelava por todos os poderes fragmentados a nível do concelho. Que tinham pedido uma reunião e que os acompanhassem, numa visita aquelas instalações em conjunto com os técnicos da Segurança Social, a fim de avaliarem a situação. Os técnicos da Segurança Social já conheciam a situação e disseram que não valia a pena. Só por misericórdia é que a Segurança Social fechava os olhos e deixava manter a porta aberta. Que dentro daquelas instalações existiam trinta e cinco alunos a viver desde manhã até ao fim do dia e como já

tinha referido as instalações eram paupérrimas. Não ofereciam segurança, eram uma vergonha para o concelho de Rio Maior e para a cidade, quando existiam outros edifícios que foram reconstruídos, melhoradas e reequipados a todos os níveis para utilização de grupos, não interessando mencionar quais. Os utentes não eram vândalos, não estragavam as instalações, pelo contrário valorizavam-nas e davam vida à casa, não a deixando degradar. -----

-----Informou, que tinham um projecto que ainda não estava pago na sua totalidade, a Segurança Social aprovou-o a seu tempo e quando der entrada na Câmara Municipal, com certeza que esta não o rejeitará. Contudo não há dinheiro para por uma pedra, para uma obra orçada há três anos em sessenta mil contos, que ao fim de mais algum tempo não serão sessenta mil, mas sim cem mil contos e provavelmente, tendo em conta a modernidade e as exigências quando der entrada na Câmara terão de ter outro projecto para que possa ser aprovado. -----

-----A comunidade não está sensível nem conhece a vida do Centro de Educação Especial “O Ninho”, afirmou, não conhece a gravidade nem a profundidade dos seus utentes. Convidou a Assembleia e disse que no dia seguinte na Assembleia Municipal também iria convidar as pessoas para uma visita àquelas instalações, pelas seguintes razões: No ano de dois mil e cinco, comemoraram-se uma série de bodas de prata no Concelho de Rio Maior. Comemoraram-se os trinta anos do poder local e os representantes, os gestores autárquicos têm-se esquecido de uma unidade de saúde, uma unidade de cuidados sociais, que é o Centro de Educação Especial. Se o visitarem, irão ver homens de quarenta e cinco anos, mulheres de cinquenta anos, uns invisuais, outros com deficiências de todo o género como se pode imaginar, cujos familiares não têm meios humanos nem financeiros para os poder suportar, onde se verifica o abandono por parte dos familiares. Neste momento há três casos de abandono, informou: um rapaz que a irmã não o quer, o pai rejeita-o e a mãe é muito doente para tomar conta dele; Uma rapariga de Azinheira, que o pai pô-la na rua, ela veio para o Centro, mas como a instituição

não a pode manter durante a noite, o pai internou-a em Santarém e a miúda fugiu. Calcorreou a estrada perdida. A GNR e os Serviços Sociais encontraram-na no caminho para a Azinheira, entretanto voltaram a trazê-la para o Ninho e ela fugiu para casa de uma irmã., que a pôs na rua e ela teve de voltar para a instituição. Explicou, que este era um dos muitos casos, que já são casos presentes. Daqui a alguns anos os que tem vinte anos passam a ter trinta e os que têm trinta passam a ter quarenta. E concluiu informando que existem trinta e cinco pessoas na fila para entrarem numa instituição que os possa acolher-----

-----Perguntou para onde iriam aquelas pessoas, falecendo os pais e não tendo família? A sociedade riomaiorense, todos têm de dar um bocadinho mais de si próprios. Se for lançada uma primeira pedra, atrás dessa com certeza virá um tijolo, uma parede e depois o tecto. E sem essa pedra que é basilar nada se poderá fazer. -----

-----Informou que em vinte e três de Janeiro próximo, a instituição fará vinte e seis anos, será a altura de todos acordarem e em vez de tantas obras desnecessárias, só para inglês ver, devia ter-se em atenção o que é efectivamente necessário pois trata-se de um caso social, concluiu.-----

-----**ENGENHEIRO PAULO JOSÉ HENRIQUES GOMES**-----

-----Perguntou se a instituição de alguma forma sensibilizou a comunidade local para os seus problemas e recordou um caso concreto, o da Associação dos Bombeiros Voluntários de Rio Maior, que passou por imensas dificuldades para construir o edifício novo que têm hoje e com o fruto do trabalho conseguiram ultrapassar uma situação idêntica. -----

-----**INTERVENÇÃO DO PÚBLICO**-----

-----**DR.ª JÚLIA FIGUEIREDO**-----

-----Respondeu que A Associação dos Bombeiros são uma instituição que infelizmente todos podem vir a precisar, quer seja para transporte de um doente, quer para socorrer a qualquer catástrofe que possa acontecer. São uma instituição

que está no coração de todos, são visíveis. Os utentes do Ninho não são visíveis, infelizmente a sociedade esconde-os.-----

-----E informou que têm feito várias actividades, o que é certo é que não tem havido resposta para elas. Também se têm feito algumas rifas, mas o que são as rifas num cômputo geral de dezenas de milhares de contos? Apenas podem ajudar para as carências do dia a dia. Disse ainda, que infelizmente, quando tem desejado às pessoas um Bom Ano de dois mil e seis, tem dito aquilo que afinal de contas faz parte da sabedoria popular “antes assim que pior”, porque os projectos não são de melhorias como todos sabem. Relativamente ao Centro de Educação Especial “O Ninho”, que o ano de dois mil e seis, seja como o ano de dois mil e cinco, porque a comparticipação financeira estatal tem vindo a reduzir-se de ano para ano. O que esta instituição tem recebido da Segurança Social e do Ministério da Educação, não paga as despesas, porque para a manter aberta independentemente de pagar aos professores, educadores, técnicos e pessoal auxiliar, existem carrinhas constantemente a circular, que consomem combustível, que precisam de ir à oficina. Uma carrinha custa milhares de contos, precisam de comprar uma carrinha e não sabe como resolver a situação, informou. -----

-----O ano passado foi um ano dramático informou, estiveram dois meses sem pagar os salários e isso foi público. Era muito constrangedor, os funcionários receberem e haver pessoas a quem não era possível pagar, porque não havia dinheiro. Informou que por vezes recebem alguns donativos das seguintes entidades: -----

-----Intermarché-----

-----Industrias de Carnes Nobre-----

-----Aquino e Rodrigues-----

-----Senhor Nabeiro-----

-----Sibelco-----

-----E pessoas particulares-----

-----Solicitaram um fogão ao Senhor Nabeiro dos famosos cafés Delta, que todos bebem diariamente. Deu duzentos e cinquenta euros. Quando um particular, um Senhor de Rio Maior, cujo nome fez questão de não revelar, também deu duzentos e cinquenta euros. Com estes donativos, no final do ano, irão comprar o fogão. Este fogão, tem de fazer cinquenta refeições ao almoço mais as refeições suplementares.-----

-----**CRISTINA MARIA CARRILHO FERREIRA SÊCO**-----

-----Referiu que conhecia bem a realidade do Centro de Educação Especial “O Ninho”, porque tinha algum contacto com a instituição. Mas não tinha conhecimento desta situação de carência. Disse que lhe fazia confusão, estarem todos a falar duma situação que se arrasta há anos e não se ter feito nada ainda. Propôs um ataque em massa na comunicação social, através da TVI, da SIC, do jornal regional. Disse ainda que nos programas da manhã, se faziam campanhas de solidariedade para crianças com problemas, que mais tarde têm resultados. Que há tantas coisas que se podiam fazer afirmou. Pela voz de todos conseguir-se-á chegar mais alto, exclamou. Acrescentou ainda, que se precisarem da sua ajuda para organizar qualquer evento podiam contar com ela. -----

-----**SENHOR PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA**-----

-----Disse que os intervenientes foram bem explícitos, que alguns conheciam a realidade do Centro de Educação Especial “O Ninho” e que em sua opinião, o apelo e o contributo da Assembleia de Freguesia de Rio Maior, poderia começar por aquela moção, mas não deveria acabar ali. -----

-----Efectuou a leitura da moção, depois das correcções que foram sugeridas: -----

-----**MOÇÃO**-----

-----A Assembleia de Freguesia de Rio Maior, reunida em vinte e oito de Dezembro de dois mil e cinco, ao tomar conhecimento de ter sido proposto pelo grupo parlamentar do PCP, em sede de discussão do Orçamento de Estado, a inclusão no PIDDAC para 2006, da construção da Residência Comunitária do

Centro de Educação Especial do Concelho de Rio Maior “O Ninho”, decide o seguinte: -----

-----Manifesta o seu desagrado pelo facto dos grupos parlamentares do PS, PSD e CDS/PP, terem votado contra! -----

-----Desta moção dar conhecimento ao Senhor Presidente e Assembleia Municipal de Rio Maior, senhor Presidente da Câmara Municipal de Rio Maior, ao Senhor Governador Civil de Santarém, aos grupos parlamentares mencionados, ao Senhor Primeiro Ministro e ao Senhor Presidente da República, assim como divulgar esta, nos jornais locais e regionais. -----

-----**O SENHOR PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA**-----

-----Propôs que se votasse a referida moção-----

-----**VOTAÇÃO**-----

-----Aprovada por unanimidade -----

-----**SENHORA PRESIDENTE DA JUNTA** -----

-----Respondeu às questões que lhe foram colocadas sobre: -----

-----**Requalificação das entradas de Rio Maior**-----

-----Informou que já foram pedidos diversos documentos à Câmara Municipal referente à requalificação das entradas de Rio Maior, estavam a aguardar resposta.

-----**Parque Infantil de Vale de Óbidos**-----

-----Também estão nas mesmas circunstâncias o parque infantil de Freiria e da Mãe de Água, irá tentar perceber a razão pela qual estão fechados.-----

-----**Candeeiros e lâmpadas fundidas**-----

-----A Junta comunicará a Câmara Municipal, a fim de se resolver o problema. ----

-----**Valetas junto ao estaleiro do César Cruz, arbustos na Estrada de Asseiceira junto à Rimol e trabalhadores ao serviço da Junta**-----

-----Referiu que o protocolo de delegação de competência da Câmara na Junta de Freguesia, termina em 31 de Dezembro e não há qualquer informação escrita para confirmar se para o ano de 2006 continua a haver delegação de competências,

para que os funcionários possam continuar a trabalhar. O mesmo se passa em relação ao Centro de Dia de Azinheira e à funcionária que lá se encontra a trabalhar. -----

-----Em relação ao contratos que estavam a terminar, informou que foi renovado o contrato do pedreiro o contrato do motorista e os contratos de três trabalhadores não foram renovados, embora com muita pena, porque de facto não se conhece o futuro. -----

-----**SENHOR MANUEL HENRIQUES FERREIRA**-----

-----Interveio para informar que sobre o problema de das lâmpadas fundidas não havia necessidade de se comunicar à Câmara, dado que existe uma linha verde da EDP com o número 800506506 para assistência técnica, para a qual qualquer munícipe pode reclamar as deficiências existentes. A Junta de Freguesia como cliente também poderá reclamar.-----

-----**PONTO NÚMERO DOIS**-----

-----**APROVAÇÃO DAS OPÇÕES DO PLANO E DA PROPOSTA DE ORÇAMENTO PARA O ANO DE 2006.**-----

-----O SENHOR PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA PERGUNTOU SE SOBRE ESTA QUESTÃO ALGUÉM QUERIA USAR DA PALAVRA:-----

-----**SENHOR JOÃO NARCISO VERDE DA COSTA**-----

-----Solicitou uma explicação sobre o orçamento do ano de dois mil e seis.-----

-----**SENHORA PRESIDENTE DA JUNTA**-----

-----Referiu que o orçamento tem de ser o mais aproximado da realidade possível. A receita contempla o FFF e as restantes são calculadas com base na média dos anos anteriores e solicitou à funcionária que explicasse mais detalhadamente a elaboração do orçamento, do plano plurianual de investimentos e do plano das acções mais relevantes.-----

-----**DRª HELENA MARIA FERREIRA RICARDO**-----

-----Explicou que o orçamento é o documento onde se prevêm as receitas e as

despesas para o ano seguintes. É elaborado de acordo com as regras do POCAL, o plano oficial de contabilidade das autarquias locais previsto no Decreto-Lei nº 59-A/99 de 22 de Fevereiro. -----

-----E explicou que relativamente à receita o orçamento está dividido nos seguintes capítulos: -----

-----RECEITA:-----

-----**Receitas correntes**-----

-----**02 Impostos indirectos**, prevê as receitas pagas pelas empresas e são essencialmente fotocópias autenticadas.-----

-----**04 Taxas multas e outras penalidades**, prevê a receita proveniente dos atestados passados pela Junta, as licenças de caniços e as fotocópias autenticadas pagas por particulares-----

-----**05 Rendimentos de propriedade**, prevê os juros bancários.-----

-----**06 Transferências correntes**, prevê as receitas provenientes do FFF, as receitas provenientes de um protocolo que a Junta de Freguesia tem com o Centro de Saúde, ainda as receitas provenientes do Centro de Emprego destinadas ao programa univa e programas ocupacionais, bem como outros protocolos que eventualmente possam surgir E as receitas provenientes da Câmara: sub - divididas em refeições, valores recebidos para efectuar o pagamento das refeições das crianças dos jardins de infância, protocolo que é o protocolo de delegação de competências, e outras, nomeadamente as previstas receber pela realização de uma prova desportiva.-----

-----**07 Venda de serviços correntes**, regista as receitas provenientes do aluguer do nosso equipamento, o preenchimento de impressos efectuado pelos serviços, bem como uma comissão proveniente da venda de dísticos do imposto de selo automóvel-----

-----**Receitas de capital**-----

-----Tendo em conta, que apenas se podem prever receitas provenientes de

projectos aprovados, o orçamento prevê receitas destinadas a investimentos, apenas relativamente aos projectos que estão aprovados na presente data: o protocolo de modernização administrativa, iniciado no ano de dois mil e quatro e destinado à aquisição de equipamento administrativo e à realização de obras na sede da Junta de Freguesia e o protocolo assinado em Outubro destinado às obras de recuperação do Moinho em Alto da Serra.-----

-----**DESPESA**-----

-----**Despesas correntes**-----

-----**01 Despesas com pessoal**, que contempla todos os gastos com o pessoal, que por sua vez esta subdividida em pessoal dos quadros, pessoal contratado a termo, membros dos órgãos autárquicos, contribuições para a segurança social, seguros de pessoal etc.-----

-----**02 Aquisição de bens e serviços**-----

-----**03 Juros e outros encargos**-----

-----**04 Transferências correntes**, são os subsídios atribuídos a outras entidades como por exemplos escolas, comissões e associações. -----

-----**06 Outras despesas correntes, restituições**, são verbas recebidas indevidamente, que posteriormente a Junta tem de restituir-----

-----**Despesas de capital**-----

-----**As despesas de capital** são rubricas destinadas à realização de obras, com a natureza de investimento. -----

-----Está prevista a execução do projecto aprovado no âmbito do protocolo de modernização administrativa, iniciado no ano de dois mil e quatro, que contempla: a remodelação da fachada da sede da Junta, a aquisição de equipamento informático e a aquisição de equipamento administrativo. Estes investimentos são financiados a cinquenta por cento. -----

-----Está prevista a recuperação e manutenção de arruamentos e caminhos rurais, a recuperação de fontes, e o pagamento das prestações referentes ao ano de dois

mil e seis, pela aquisição dos veículos Renault e Ford Transit.-----

-----Explicou que as rubricas da despesa corrente, previstas com valores diminutos: dez, cinquenta e cem euros por exemplo, foram abertas com valores simbólicos, porque poderão ser necessárias, evitando as revisões orçamentais sujeitas à aprovação da Assembleia de Freguesia, que teria que ser convocada para o efeito.-----

-----**Plano das Acções Mais Relevantes**-----

-----O plano das acções mais relevantes explicou que é um mapa identificativo dos objectivos que se pretendem realizar com as despesas correntes que não são perceptíveis através da análise do orçamento. Há quem defenda que este documento não deve mencionar valores, mas apenas os objectivos e as acções que a autarquia pretende levar a efeito.-----

-----Deu como exemplo de uma acção, a organização da prova de atletismo de Vale de Óbidos, cujos custos serão repartidos no orçamento, por diversas rubricas da despesa: despesa com o expediente, publicidade, a aquisição dos prémios para oferecer aos participantes, oferta de lanche no fim da prova etc. Todas estas despesas tem uma classificação orçamental diferente. Há custos que não se conseguem quantificar: os ofícios enviados às empresas, a solicitar a oferta de taças, as despesas como o contacto telefónico efectuado posteriormente, por vezes mais do que uma vez, os custos da funcionária que na altura da prova está ao telefone dois ou três dias seguidos. Estas despesas não são quantificáveis no plano das acções mais relevantes.-----

-----Há acções, que nem sequer estão mencionadas no plano das acções mais relevantes, como é o caso dos passeios dos idosos, informou. A Câmara Municipal, oferece o autocarro mas a organização normalmente é da Junta de Freguesia. Procede-se à inscrição das pessoas para o passeio, posteriormente são avisadas da data da sua realização e no dia do passeio são acompanhadas por uma funcionária. No ano de 2005 realizaram-se alguns passeios com saída marcada às

seis horas da manhã e o regresso às vinte e uma horas. Estes custos são difíceis de quantificar e não constam de qualquer documento previsional. -----

----Concluiu explicando, que o plano das acções mais relevantes apresentado para o ano de dois mil e seis será idêntico ao dos anos anteriores. Que foi elaborado de acordo com o que era habitual a Junta de Freguesia anterior realizar, dado que o executivo não quis que se perdessem algumas tradições. E que não se prevêem novos projectos porque se desconhece por enquanto se haverá ou não protocolo de delegação de competências da Câmara Municipal na Junta de Freguesia de Rio Maior, para o próximo ano de dois mil e seis.-----

----**Plano Plurianual de Investimentos**-----

----Explicou, que é um documento que prevê os investimentos a realizar. Constan no PPI, a remodelação da fachada da sede da Junta, a aquisição de equipamento informático e administrativo, projecto aprovado no ano de dois mil e quatro, no âmbito do protocolo de modernização administrativa, participado em cinquenta por cento, como já foi referido na explicação do orçamento. E considerando a possibilidade da Câmara Municipal delegar na Junta de Freguesia competências para a reparação, conservação e limpeza de ruas e passeios, conservação e limpeza de caminhos, recuperação de fontes, manutenção e conservação de jardins, espaços ajardinados e zonas de lazer, como aconteceu nos últimos anos, foram previstos alguns valores no respectivo plano plurianual de investimentos, no que a isso diz respeito. Quanto à aquisição de veículos, foi previsto o pagamento das mensalidades do ano de 2006, dos veículos Renault e Ford Transit. -----

----**SENHORA PRESIDENTE DA JUNTA** -----

----Acrescentou que o orçamento era reduzido em comparação com os anos anteriores, dado não existirem mais verbas para receber do parque eólico. -----

----Informou, que foi efectuada uma candidatura à Direcção Geral das Autarquias Locais, pelo anterior executivo para o projecto de recuperação do moinho do Alto

da Serra, verba que foi contemplada no orçamento, uma vez que o projecto já foi aprovado. Desconhece-se se a verba será atribuída, uma vez que a obra já estava concluída e o moinho inaugurado antes da assinatura do protocolo. -----

-----**SENHOR ANTÓNIO JOSÉ MARCELINO DA SILVA**-----

-----Agradeceu à Helena a explicação dada em relação ao orçamento, que em sua opinião foi bastante positiva, que as verbas eram idênticas ao orçamento anterior e algumas são apenas a abertura da rubrica. Que espera que em Fevereiro ou Março a Assembleia de Freguesia, aprove uma revisão orçamental, com reforço das receitas corrente e de capital e aprove o protocolo de delegação de competências da Câmara Municipal na Junta de Freguesia. -----

-----Em relação ao projecto apresentado para recuperação do moinho, referiu que na altura falou com um engenheiro que o aconselhou a efectuar a candidatura, embora a obra já estivesse bastante avançada.-----

-----A recuperação do moinho foi efectuada com as verbas recebidas do parque eólico, pois a população dizia que o dinheiro deveria ser investido na zona da serra, onde estão localizados os moinhos eólicos. -----

-----**SENHOR JOÃO NARCISO VERDE DA COSTA**-----

-----Referiu que se sentia orgulhoso e contente, porque depois de quatro anos passados, pela primeira vez os documentos previsionais foram explicados de uma forma objectiva, para melhor esclarecimento de todos, que a sua intervenção inicial a solicitar esclarecimentos sobre os documentos fazia sentido. Sem as explicações da funcionária, ele próprio teria dificuldade em interpretá-los. -----

-----Disse que a Senhora Presidente da Junta de Freguesia, tinha afirmado e muito bem, que não ia vai haver mais receitas provenientes do parque eólico, mas que acredita que o próximo orçamento será muito mais agressivo e que ainda vai haver um Deus que vai ajudar com certeza.-----

-----Referiu que na última semana ou há duas semanas atrás, a Senhora Presidente deu uma entrevista ao jornal “Região de Rio Maior” de uma forma introvertida no

sentido de alertar a população para as dificuldades que aí vêm, talvez também com uma pequeníssima falta de coragem, porque se não houver determinação, não há falta de coragem.-----

-----E quando se referiu que no orçamento algumas rubricas foram abertas, deveria haver coragem para as dotar de maiores valores. Com isto não queria dizer que se inflacionasse o orçamento, porque o orçamento é como um “biombo”, é um documento técnico que podemos brincar com ele, mas cumprindo com rigor o que o POCAL determina.-----

-----Alertou para a conveniência de lembrar a Câmara Municipal, que as ideias estão bem vincadas, que os projectos serão uma realidade. Se não tiverem esta noção é porque não houve vontade por parte de quem acima da Assembleia e Junta de Freguesia governa o concelho de Rio Maior. -----

-----Em sua opinião os valores dos subsídios a atribuir deveriam ser superiores, assim as associações serão prejudicadas, deveriam ter sido mais “atrevidos” por muita crise que se tenha instalado no nosso país. Certamente que as Associações da Freguesia de Rio Maior, vão bater à porta da Junta de Freguesia e a Senhora Presidente vai ter a mágoa de dizer que não pode dar, porque não está contemplado no orçamento.-----

-----**SENHOR ANTÓNIO JOSÉ MARCELINO DA SILVA**-----

-----Sobre o parque eólico, informou que em Maio ou Junho esteve em Rio Maior uma equipa de engenheiros de uma empresa diferente da que instalou o parque eólico na Serra do Candeeiros, para visitar um terreno de 90.000 m² que a Câmara Municipal tem no Alto da Serra. Também visitaram as Bocas e o Cabeço Figueiro. Será possível, que a Câmara Municipal venha a negociar com essa empresa e assim obter verbas provenientes de outro parque eólico para as duas autarquias. Como é do conhecimento de todos a Junta de Freguesia de Alcobertas vai receber mais verbas provenientes de outro parque eólico.-----

-----Em relação aos subsídios atribuídos nos anos de dois mil e quatro e dois mil e

cinco, informou que foi a Junta de Freguesia, que desafiou as associações para que não deixassem perder uma tradição, a realização das festas anuais, dado que havia disponibilidade financeira para o fazer. A Junta de Freguesia atribuiu um subsídio para esse fim, no valor de quatrocentos euros. No entanto, no ano de dois mil e cinco, apenas duas associações realizaram a festa anual.-----

-----Também informou, que oito associações colaboraram com a iniciativa “mais desporto mais saúde” e foi-lhes atribuído um subsídio de valor simbólico de cinquenta euros mensais, durante o período de dez meses. E acrescentou que algumas associações do meio rural, mantinham as portas abertas das respectivas sedes, apenas para vender uns cafés e umas cervejas, não têm qualquer actividade. Uma ou outra, faz um bailarico apenas de vez em quando, porque os bailes dão prejuízo. A atribuição desses subsídios, tinha por objectivo mantê-las em actividade, a fim de aproximar as populações das respectivas associações. -----

-----**SENHORA PRESIDENTE DA JUNTA**-----

-----Referiu que na entrevista ao jornal “Região de Rio Maior” estavam muitas incorrecções que não foram ditas por ela, que deveriam ter sido corrigidas, mas entendeu que não eram relevantes. Não foi “atrevida” na entrevista de propósito, mas ia sê-lo agora perante a Assembleia de Freguesia. Pediu que a ajudassem a ela e ao seu executivo no sentido de não influenciarem negativamente as associações ou colectividades, que até agora foram contempladas com subsídios, porque pena tem de não estar no ano de dois mil e dois. Que sabia que em dois mil e dois, o executivo teve que recorrer à banca para pagar os vencimentos, mas desde o final de dois mil e dois e até dois mil e cinco as verbas que receberam provenientes do parque eólicos foram, e passou a enumerá-las:-----

-----Em 17-10-2002 125.000,00 € -----

-----Em 29-07-2003 156.000,00 € -----

-----Em 21-05-2004 156.250,00 € -----

-----Em 08-10-2004 131.460,00 € -----

-----Em 30-12-2004 25.040,00 € -----

-----Em 17-02-2005 78.125,00 € -----

-----Em 31-03-2005 78.125,00 € -----

-----Para uma Junta que teve que recorrer ao crédito, e depois entre dois mil e dois e dois mil e cinco, recebeu setecentos e cinquenta mil euros, foi fácil atribuir subsídios. Difícil é comunicar agora às associações que não há dinheiro e que de onde não há, não se pode tirar, informou.-----

-----**SENHOR ANTÓNIO JOSÉ MARCELINO DA SILVA**-----

-----Interveio para dizer que a Junta de Freguesia no início de dois mil e dois, só pagou aos fornecedores as dividas provenientes do mandato anterior. Em Junho não havia dinheiro para pagar os vencimentos e subsídios de férias e assim pela primeira vez houve que recorrer ao credito de curto prazo, que apenas disponibilizou dez por cento do valor previsto arrecadar do Fundo de Financiamento das Freguesias, que foram dois mil e quinhentos contos.-----

-----O negócio com a Associação dos Bombeiros Voluntários de Rio Maior para a aquisição da Escola do Alto Pina, foi sendo sucessivamente adiado, porque os valores do parque eólico vieram a conta gotas e não como estava previsto no protocolo, porque foi assim também que a empresa pagou à Câmara Municipal. --

-----Com a receita que foi sendo arrecadada, foi-se tentando investir em equipamento. -----

-----Quando os munícipes se dirigiam à Câmara para pedir qualquer coisa, era-lhes dito para irem pedir à Junta de Freguesia de Rio Maior, porque a Junta de Freguesia estava cheia de dinheiro. Inclusivamente a Câmara Municipal, queria que a Junta de Freguesia, fizesse alcatroamentos com o dinheiro recebido do parque eólico. Mas os alcatroamentos de dois mil e cinco, foram adjudicados, no âmbito do protocolo de delegação de competências e a Câmara Municipal, transferiu as respectivas verbas para esse fim. -----

-----**SENHOR JOÃO NARCISO VERDE DA COSTA**-----

----Reforçou tudo o que foi dito pelo Senhor António Marcelino e no que toca à sua pessoa, disse para contarem com ele com a maior transparência e clareza, que tinha sido eleito para levar a mensagem da verdade, que é o que defende sempre, com a sua maneira de ser e forma de estar.-----

-----**VOTAÇÃO**-----

----A Assembleia de Freguesia nos termos da alínea a) do nº 2 do artigo 17º da Lei nº 169/99 de 18 de Setembro com as alterações que lhe foram introduzidas pela Lei nº 5-A/2002 de 11 de Janeiro, aprovou por unanimidade as Opções do Plano e o Orçamento para o ano de 2006. -----

-----**PONTO NÚMERO TRÊS**-----

----APROVAÇÃO DA ALTERAÇÃO DO PROTOCOLO DE DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS DA CÂMARA MUNICIPAL NA JUNTA DE FREGUESIA, CORRESPONDENTE AOS PROJECTOS DE INVESTIMENTO.-----

----O Senhor Presidente da Assembleia de Freguesia, perguntou se sobre aquela questão alguém queria usar da palavra. -----

-----**SENHOR JOÃO NARCISO VERDE DA COSTA**-----

----Referiu que todos sabiam que era muito dinheiro que estava ali em jogo, que aquela alteração ao protocolo de delegação de competências, tinha que ser efectuada e que bem-haja o actual executivo por ter esta preocupação, em pagar à empresa que executou os trabalhos. A obra fez-se e vai passar, mas deveria ter sido feita no ano de dois mil e quatro e não no ano de dois mil e cinco. Passou para o actual executivo esta “batata quente”, com a ideia de que o importante é que se estava num ano de eleições e havia que fazer quanto mais melhor. -----

----Os quarenta e cinco mil euros, que estavam previstos no protocolo corresponderam à primeira empreitada. A empresa que ganhou o concurso, realizou a obra de acordo com as normas que estavam estabelecidas, no entanto viu-se obrigada a efectuar alguns prolongamentos dos alcatroamentos quando o

equipamento já não estava no terreno e cometeram-se muitas asneiras. E não se cometeram ainda mais, porque a Junta de Freguesia com os seus meios conseguiu agilizar algumas situações, concretamente no que toca a repavimentações em que a quota de soleira não foi respeitada. Que houve técnicos do município que deveriam ter estado no terreno e não estiveram. Na Rua de S. Domingos em Vale de Óbidos ficaram algumas marcas. -----

-----Disse que votava favoravelmente a alteração ao protocolo de delegação de competências porque era preciso pagar à empresa, a qual estava a trabalhar bem, e o que não executou bem, foi porque não houve uma canalização das coisas correctamente. -----

-----**SENHORA PRESIDENTE DA JUNTA**-----

-----Explicou que o protocolo de delegação de competências assinado em Abril de dois mil e cinco, tem quatro rubricas em transferências de capital. Relativamente à alínea a) requalificação do meio rural em Vale de Óbidos, informou que o projecto está executado, mas não houve tempo para iniciar a obra até 31 de Dezembro. Assim a verba no valor de 35.000,00 € não seria transferida para a Junta porque a obra não chegou a ser executada.-----

-----A verba prevista na alínea d) que diz respeito à ampliação da rede de iluminação pública, dado que a Junta não é considerada cliente da EDP, também não será transferida. Do valor de 35.000,00€ previstos na alínea b) para a construção de valetas, bermas e caminhos apenas se utilizaram 31.000,00 €-----

-----Mas a razão principal da alteração ao protocolo diz respeito à alínea c) ampliação da rede viária municipal, onde foi prevista a verba de 45.000,00 € tendo havido posteriormente necessidade de realizar trabalhos a mais, no valor de 48.000,00 €. Como o Senhor João Narciso disse e muito bem, o actual executivo herdou esta situação.-----

-----**SENHOR JOÃO NARCISO VERDE DA COSTA**-----

-----Para se poder concretizar o pagamento dos trabalhos a mais referente à

empreitada foi dito pelo Dr. Carlos Nazaré que a Câmara Municipal, iria transferir para a Junta de Freguesia a importância de 30.000,00 €, uma vez que a obra era da Junta de Freguesia e o pagamento dos trabalhos a mais tinham sempre que ser realizadas pela Junta. Razão pela qual há um ofício a solicitar à Câmara o valor de 30.000,00 €. Espera que a Câmara tenha a bondade de passar para o próximo protocolo de 2006 o valor de 35.000,00 € da rubrica requalificação do meio rural, cujo projecto já está terminado.-----

-----**SENHOR RICARDO FILIPE COSTA**-----

-----Questionou como é que uma obra orçamentada em 45.000,00 € acaba em 95.000,00 €. -----

-----**SENHOR ANTÓNIO JOSÉ MARCELINO DA SILVA**-----

-----Explicou que com a previsão de 35.000,00 €, no orçamento inicial, na rubrica “viadutos, arruamentos e obras complementares” não era possível alcatroar todos os lugares da Freguesia. Assim foram estabelecidas metas. Optou-se por alcatroar pequenas ruas em diversas localidades, em vez de alcatroar uma estrada municipal e seguiu-se o critério dos pedidos mais antigos efectuados pela população. A Câmara tinha previsto alcatroar uma rua em Abuxanas e outra em Vale de Óbidos e chegou à conclusão que não tinha tempo. Dado que a empresa andava no terreno, solicitou à Junta que fizesse esses alcatroamentos, razão pela qual aparecem estes trabalhos a mais.-----

-----**SENHORA PRESIDENTE DA JUNTA**-----

-----Informou que na primeira reunião realizada na Câmara Municipal com o vereador Carlos Nazaré em que esteve presente a Dr. Maria José, foi-lhe transmitido que tinha havido um acordo entre a Câmara e a Junta no sentido de se transferir os valores das rubricas não utilizadas, para as rubricas destinadas aos alcatroamentos, onde houve a necessidade de realizar trabalhos a mais. Assim pediu que não fosse esquecido no protocolo de delegação de competências para 2006 a rubrica da requalificação do meio rural para a concretização do projecto

de Vale de Óbidos. E foi informada que a rubrica transferências de capital para investimentos nas freguesias apenas ia ser aberta, e que esta situação não ia acontecer apenas para a freguesia de Rio Maior, mas sim para todas. Acrescentou que na próxima sessão da Assembleia Municipal, não irá ser apresentado o orçamento para o próximo ano, uma vez que vão trabalhar por duodécimos. -----

-----**SENHOR, ALBERTINO MOTA TESOUREIRO DA JUNTA DE FREGUESIA**-----

-----Perguntou como é que a Câmara Municipal ia resolver o problema, se as verbas a transferir tivessem sido todas utilizadas. Seguramente não ia resolvê-lo pela via da Junta, teria de arranjar outras alternativas. -----

-----Referiu que compreendia perfeitamente a situação do anterior executivo, mas que não contassem com ele para processos de “trinta e um de boca” e falou em seu nome pessoal. Pediu ao Senhor João Narciso que não levasse a mal o que ia dizer, a verdade é que se tivessem exigido todas as promessas por escrito esta questão não se levantava. Disse que acreditava perfeitamente na explicação dada pelo Senhor João Narciso e pelo Senhor Marcelino e nem punha isso em causa, que eram pessoas idóneas, com toda a credibilidade, mas se estivesse tudo escrito a esta hora estava tudo “preto no branco”. A Câmara Municipal de Rio Maior, tem muita experiência na matéria, e não clarifica muita coisa, antes pelo contrário, deixa muita coisa nas entrelinhas e mais uma vez disse que não contassem com ele para situações idênticas, caso contrário, saía pela porta por onde entrou. A opinião pública tem de ser esclarecida, a população tem de saber para o bem e para o mal. O anterior executivo foi posto em causa, a Senhora Presidente disse e muito bem, que o que o Vereador Carlos Nazaré disse é o contrário do que o Senhor João e o Senhor Marcelino estavam a dizer.-----

-----**VOTAÇÃO**-----

-----A Assembleia de Freguesia nos termos da alínea l) do nº 2 do artigo 17º da Lei nº 169/99 de 18 de Setembro com as alterações que lhe foram introduzidas

pela Lei nº 5-A/2002 de 11 de Janeiro, aprovou por maioria com cinco votos a favor do PS, um voto a favor da CDU e sete abstenções do PSD.-----

-----**PONTO NÚMERO QUATRO**-----

-----APROVAÇÃO DA REVISÃO ÀS OPÇÕES DO PLANO E DO ORÇAMENTO DO ANO DE 2005.-----

-----**DR^a MARIA JOSÉ MOURA FIGUEIREDO**-----

-----Explicou a necessidade de se efectuar uma revisão ao orçamento do ano de dois mil e cinco. Que acontece sempre que se pretende arrecadar uma receita extraordinária, receita essa, que pode ser dirigida à execução de um projecto aprovado posteriormente à aprovação do orçamento, ou uma receita com outra natureza.-----

-----Relativamente ao caso concreto, foi necessário efectuar uma revisão ao plano plurianual de investimentos e ao orçamento do ano de dois mil e cinco, porque houve necessidade de se proceder à alteração das rubricas e respectivos valores previstos no protocolo de delegação de competências da Câmara Municipal de Rio Maior, na Junta de Freguesia de Rio Maior. Informou que na próxima sexta-feira a Câmara Municipal, irá transferir as verbas extraordinárias, destinadas ao pagamento das empreitadas dos alcatroamentos.-----

-----E continuou a explicar, que os procedimentos foram simplificados. Fizeram-se adjudicações, fizeram-se trabalhos a mais e posteriormente ainda houve necessidade de fazer outras adjudicações por ajuste directo o tipo de procedimento mais simples previsto do regime jurídico das empreitadas. A Junta de Freguesia, deliberou autorizar os trabalhos a mais, no que diz respeito aos alcatroamentos no âmbito do concurso limitado inicialmente realizado. Foram realizados dois concursos por ajuste directo com consulta e outros dois sem consulta de valor inferior a cinco mil euros que foram adjudicados por despacho da Senhora Presidente, conseguindo-se assim realizar todos os procedimentos necessários, para autorizar a despesa até trinta e um de Dezembro, faltando

apenas as autorizações da Assembleia de Freguesia e da Assembleia Municipal.----
-----Referiu que o processo que a Assembleia de Freguesia estava a analisar naquele dia, era o mesmo que a Assembleia Municipal iria apreciar e votar no dia seguinte. E que era realmente necessário aprovar a revisão orçamental, porque houve uma alteração dos projectos de investimento previstos no protocolo. -----

-----VOTAÇÃO-----

-----A Assembleia de Freguesia nos termos da alínea a) do nº 2 do artigo 17º da Lei nº 169/99 de 18 de Setembro com as alterações que lhe foram introduzidas pela Lei nº 5-A/2002 de 11 de Janeiro, aprovou por unanimidade a revisão às opções do plano e ao orçamento para 2005. -----

-----APROVAÇÃO DAS DELIBERAÇÕES EM MINUTA. -----

-----A Senhora Secretária da Assembleia de Freguesia, procedeu à leitura das deliberações anteriormente tomadas, para serem aprovadas em minuta. -----

-----Deliberado por unanimidade aprovar em minuta, para efeitos imediatos as deliberações tomadas pela Assembleia de Freguesia.-----

-----ENCERRAMENTO-----

-----Quando era uma hora do dia vinte e nove de Dezembro o Senhor Presidente da Assembleia, deu por encerrada a sessão, da qual para constar a devidos efeitos, se lavrou a presente acta, que vai ser aprovada na próxima sessão. -----

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA

AS SECRETÁRIAS DA ASSEMBLEIA